

ceito sócio-cultural, acaba sendo a categoria que permite a integração do tempo e do espaço, da biografia e da história social, dos processos impessoais vividos em espaços institucionalizados, e as duras transformações pessoais, marcadas pela presença da morte e dos limites físicos de cada indivíduo como pessoa humana insubstituível e sempre ligada a uma família e a uma *casa*.

Nesta *Saudade* de Bela Bianco, portanto, temos um precioso exemplo do lado humano do processo migratório. Lado humano que no caso luso é marcado tanto por processos sócio-culturais e econômicos bem conhecidos, bastante estudados e universais, quanto pelos valores cristalizados em instituições como a família, o amor filial e a saudade. Saudade que é o código através do qual se podem articular todos esses processos simultâneos que a onda migratória sempre deflagra. Neste sentido, trata-se de um trabalho pioneiro, marcado pelo impecável uso de categorias antropológicas e por um olhar historizante positivo, a serviço de uma história social verdadeiramente humana.

Poucas vezes assisti a um documentário tão marcadamente humano e empático. E poucas vezes vi na tela de minha televisão depoimentos tão sinceros quanto familiares. Pois não é articulando a vida com a saudade que nos damos conta de que, afinal de contas, somos todos passageiros, todos imigrantes?

Gregori, Maria Filomena. *Cenas e queixas. Um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. São Paulo, Paz e Terra/ANPOCS, 1992, 218 páginas.

Paula Montero
Profª de Livre-Docência do Depto. de Antropologia/USP

Este livro é na verdade a história de um fracasso. Numa sucessão de imagens e relatos vivos sobre o dia-a-dia de trabalho de uma entidade feminista, o grupo SOS-Mulher de São Paulo, a autora procura mostrar por que essa entidade foi incapaz de alcançar os objetivos que ela mesmo se dera: ajudar as mulheres que sofreram violência doméstica a superar sua condição.

O retrato das atividades SOS que resulta deste excelente trabalho etnográfico nada tem de complacente. Gregori avalia, com rigoroso distanciamento, o modo de organização do grupo, o atendimento dado às mulheres, suas práticas, atitudes e valores. A imagem resultante desse detalhado escrutínio é avassaladora. Da análise de Gregori depreende-se que esse pequeno grupo de feministas, apesar de ter assumido uma responsabilidade pública – atraiu e mobilizou pessoas em nome de objetivos bem concretos –, não sabia exatamente o

que fazer, como fazer e, mais grave ainda, para que fazer. Para além da falta de recursos e da improvisação natural que todo início de uma atividade inédita acaba acarretando, as descrições sobre o modo de funcionamento desse grupo, em particular as atitudes que o orientavam, incomodam o leitor desavisado e, por que não dizer, chocam os que, como eu, participaram de um grupo dessa natureza.

Em primeiro lugar, está a exacerbação com que parte desse grupo valoriza o caráter subjetivo, emotivo e até mesmo confessional das relações que as unem enquanto feministas. A análise acaba demonstrando que, ao partir da sobrevalorização da subjetividade, o atendimento às mulheres vítimas da violência acaba tornando-se apenas um pretexto para que o grupo se encontre, se ame, troque experiências afetivas, enfim, conviva. Nesse contexto e a partir dessas motivações, as idealizadoras do SOS tornam-se incapazes de percebê-lo como uma entidade pública, que suscita as mais variadas expectativas e com poderes de intervenção no destino de inúmeras mulheres. Na verdade, o que parece interessar às plantonistas (ou pelo menos parte delas) é o convívio e a amizade de seus pares. Essa atitude chega a explicitar-se, na sua vertente mais radical, pela indiferença pelas mulheres que atendem ("Não quero fazer plantão porque aquelas mulheres não me interessam", diz uma plantonista) e até mesmo pelo desprezo com que são vistas ("Essas mulheres que vão nos procurar vão por causa do Afanásio, vão por causa de qualquer filho da puta. Não vêm por que são feministas!"). Estabelece-se pois uma nítida fronteira qualitativa entre o "nós" feministas e as "outras", sem que se compreenda muito bem quais seriam os caminhos para a passagem de uma condição a outra: o grupo não os explicita, nem formula ações que apontem nessa direção.

Não é apenas a extrema inoperância que surpreende o leitor desses relatos; choca também a despreocupada e ingênua irresponsabilidade com que essas mulheres manipulam o sofrimento alheio para autojustificar sua existência e seu projeto de vida pessoal.

Em segundo lugar, a detalhada etnografia de Gregori descreve sem meias-tintas a total incapacidade desse grupo de dar um mínimo de organização ao SOS e, mais do que isso, de compreender a própria lógica da violência. A recusa de ordenação das informações sobre seu público, a incapacidade e displicência na construção de uma rede básica de apoio e de contatos, a ingenuidade e despreparo das plantonistas que em nenhum momento se propõem a entrar na lógica do outro para perceber o que acontece com aquelas mulheres, levam o leitor a espantar-se com a desproporção entre o esforço investido naqueles três anos de atuação e a inutilidade dos resultados. Essa incongruência se torna ainda mais gritante quando se percebe que a autora foi capaz de, a partir de apenas doze entrevistas e num espaço de tempo relativamente curto, fazer o que as militantes não conseguiram em três anos de assídua convivência com as esposas espancadas: compreender, a partir de uma análise sensível e pertinente, a lógica que opera, ordena e dá sentido à violência doméstica.

Segundo Gregori, a violência doméstica só pode ser compreendida quando analisada enquanto parte do modelo ideal de casamento. As entrevistas que realizou mostraram

que a violência do homem é no geral percebida segundo dois grandes modelos explicativos: a) o marido se torna violento porque é um homem "doente" (teve problemas na infância que o levam a beber), mas tirando esses momentos críticos de fraqueza é considerado por elas um homem bom e provedor; b) o marido se torna violento porque a esposa lhe exige as obrigações que não cumpre: ser fiel e provedor. Nos dois casos trata-se portanto de salvar o casamento através da recuperação dos maridos. É, pois, a expectativa desse tipo de ajuda que levava as mulheres ao SOS. Esperavam, ao mesmo tempo, um apoio que lhes permitisse atravessar a tormenta e uma ação de autoridade efetiva sobre os maridos, autoridade esta que pela sua posição de mulher não detinham, capaz de repô-los no caminho reto.

A incapacidade de (ou o desejo de não) perceber as motivações que levavam as mulheres ao SOS esteve na base de seu fracasso. Enquanto as feministas esperavam fazer ver às mulheres que elas deveriam mudar sua atitude e posição no casamento (ou até mesmo sair dele), as esposas buscavam a ajuda das feministas para mudar o comportamento de seus maridos e garantir assim a preservação do casamento. Como explicar esse total desencontro?

Para a autora, as razões dessa discrepância estão postas na própria lógica de organização do movimento feminista.

Em primeiro lugar, ele seria incapaz de compreender essas mulheres porque não conseguiria equacionar ou incorporar à sua proposta a diversidade de percepção e circunstâncias concretas: seu projeto político emancipador as aglutina todas sob a rubrica, abstrata e abrangente demais, de oprimidas.

Em segundo lugar, os valores que orientam as práticas políticas feministas não favoreceriam nenhuma iniciativa que desembocasse numa organização institucional de porte. A descoberta da subjetividade como instrumento da política, a negação radical da autoridade e desigualdade entre as mulheres, a crítica ao assistencialismo teriam levado a uma anarquia organizacional que tornou o SOS incapaz de trazer qualquer resposta concreta às expectativas das mulheres. Daí o seu fracasso.

Apesar da riqueza e rigor da análise de Gregori, poderíamos nos perguntar se as razões para o fiasco do SOS paulista estão, como quer a autora, no próprio feminismo ou se, ao contrário, as características específicas do grupo que ela analisou muito contribuíram para que se chegasse àquele resultado. O fato de que a pesquisa se concentrou em apenas um pequeno grupo paulista dificulta uma resposta mais precisa. No entanto, pelos exemplos que ela mesmo dá a respeito de iniciativas do mesmo gênero no exterior e pela experiência que eu mesma tive no SOS mineiro, inclino-me a pensar que os resultados poderiam ter sido outros se as circunstâncias e os personagens envolvidos tivessem sido diferentes. Em suma, das premissas do feminismo não se deduz diretamente incapacidade organizativa, negligência na compreensão do outro, erotização das relações como instrumento político. É claro que o trabalho de Gregori não afirma isso, mas a falta de elementos comparativos dá margem a essa interpretação. Além disso, se a autora tivesse tido a oportu-

tunidade de inverter as perspectivas e analisar o modo como as mulheres percebiam o SOS, talvez sua avaliação pudesse ter sido mais matizada.

De qualquer maneira, ao colocar em cena suas "queixas" contra essa entidade feminista e o feminismo em geral, a autora abre perspectivas para um interessante debate com aqueles que escreveram sobre outros movimentos sociais. Na sua comparação com os movimentos feministas, aqueles como as CEBs, por exemplo, parecem ter tido muito mais êxito na "conversão" pedagógica das consciências das classes populares do que estes. Seria interessante nos perguntarmos por quê. Por outro lado, os autores mais recentes que analisaram etnograficamente a organização concreta desses grupos revelam, também neste caso, um certo fracasso. Na "comunidade" local permanece inteira e até se valoriza a lógica da autoridade, da desigualdade e da individualidade.

Esses são os paradoxos que têm inquietado os pesquisadores dos movimentos sociais. Livros como o de M. Filomena Gregori estimulam o debate e a reflexão em torno de questões que nos interpelam, política e subjetivamente.

Teixeira, Sérgio Alves. *A semântica simbólica dos nomes de galos de briga, bois, prostitutas, prostitutos e travestis*. "Caderno de Antropologia", nº 8, Porto Alegre, UFRS, 1992, 163 págs.

Marcos Pereira Rufino

Aluno de Grad. do Curso de Ciências Sociais/USP

São poucos os livros portadores de títulos como este, capazes de suscitar a nossa curiosidade à primeira vista; são poucos também os que apresentam, no rótulo, o assunto a ser tratado de forma tão explícita. No entanto, cabe alertar que por trás da obviedade da capa escondem-se resultados interessantes, frutos de várias pesquisas realizadas em momentos diferentes pelo autor, antropólogo vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Além de uma introdução genérica aos pressupostos envolvidos no estudo de nomes próprios, o livro está dividido em mais três capítulos, remetendo, respectivamente, a cada uma das categorias citadas no título, sendo que o terceiro capítulo reúne sozinho a análise referente às prostitutas, prostitutos e travestis. A estrutura interna dos capítulos segue um mesmo padrão, contendo partes homólogas que expõem os dados situacionais, as estratégias de pesquisa e a análise da semântica simbólica dos nomes, referentes aos seus respectivos capítulos.

O fato de a briga de galos no Brasil não ter a morte do animal como algo programado ou previsível, como o é na França ou Indonésia, conduz o autor a concluir que as rinh